

<b>Assunto:</b> Empresas contestam cobrança de taxas	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> B10	<b>Data:</b> 21/05/2015

**DIARIO**de**PERNAMBUCO**

# Empresas contestam cobrança de taxa

RICARDO FERNANDES/DP/D.A PRESS - 26/03/08



Decisão do TJPE alega que taxa que está sendo cobrada não pode ter o valor baseado no peso e potência das máquinas

Prefeitura de Ipojuca passou a cobrar pelo uso e instalação de máquinas pesadas de indústrias. A taxa está prevista no Código Tributário

“

**A taxa de licença deveria estar vinculada à execução da atividade de controle e vistoria para custear o serviço”**

**Luis Maranhão,**  
especialista em direito tributário

**ROSÁLIA VASCONCELOS**  
rosallivasconcelos.pe@dabr.com.br

**A** cobrança de uma taxa de licença, no município de Ipojuca, incidente sobre a instalação e utilização de máquinas pesadas, motores, fornos, guindastes, câmaras frigoríficas e semelhantes, tem levado muitas empresas notificadas a entrar com uma ação judicial para impugnar a cobrança do tributo. Apesar de estar previsto no Código Tributário Municipal (Lei nº 1.181/98, art. 49), advogados especialistas em direito tributário entendem que o valor da taxa de licença não corresponde ao custo da atividade de fiscalização municipal. A cobrança do tributo também tem sido vinculada à capacidade econômica das empresas e não ao impacto que o maquinário pode causar à comunidade em caso de má instalação e/ou incorreta utilização.

Já há, inclusive, precedente no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), datado de setembro do ano passado. Segundo o agravo de instrumento, de número 323022-0, as taxas são tributos vinculados, que não podem ter valor ba-

seado no peso e potência das máquinas (o que vincula à capacidade contributiva da empresa), mas sim no serviço prestado pelo município. No entanto, a fiscalização não tem sido realizada e a cobrança é feita a partir de informações solicitadas através de email. O próprio município confirmou: “O contribuinte informa quais as máquinas instaladas ou em uso e a administração calcula e lança (o

#### **CCI CONSTRUTORA TEVE COBRANÇA NOS VALORES DE R\$ 245 MIL (2013) E R\$ 157 MIL (2012)**

valor)”, disse em nota.

“A taxa de licença deveria estar vinculada à execução da atividade de controle e vistoria para custear o serviço. O fato de uma máquina ter maior capacidade do que outra não implica em custo maior de fiscalização e o valor do serviço é muito inferior ao produto da arrecadação da taxa, o que torna ilegal a sua cobrança”, diz o especialista em direito tributário, Luis Maranhão, do Urbano Vitalino Advogados.

A CCI Construtora OffShore S/A, que entrou com o instrumento judicial, foi cobrada em R\$ 245 mil, referente a 2013, e R\$ 157 mil, referente a 2012. O desembargador do TJPE José Ivo de Paula Guimarães considerou o valor da taxa exorbitante – e deu o agravo de instrumento para que os valores sejam impugnados até sair a sentença. Quanto ao acórdão, a prefeitura disse apenas que “adotará as medidas recursais cabíveis”.

Segundo o município, a taxa de licença vem sendo cobrada anualmente desde 1998. No entanto, as empresas disseram que só de quatro anos para cá o boleto tem chegado via email, muitas vezes retroativo aos últimos cinco anos. “Talvez pelo potencial de arrecadação do tributo, o município começou a atuar os contribuintes apenas há pouco tempo”, observou Maranhão. Outros municípios, como Recife, Olinda, Jaboatão e Caruaru têm previsão de cobrança dessa taxa de licença em seus respectivos códigos tributários. Mas, segundo Maranhão, não se tem notícia da cobrança efetiva aos seus contribuintes.

**Assunto:** Júri popular – PMS acusados de assassinar adolescentes no Carnaval de 2006

**Veículo:** Diário de Pernambuco

**Editoria:** Local

**Seção:**

**Página:** A6

**Data:** 21/05/2015

**DIÁRIO**de**PERNAMBUCO**

# Prisão no primeiro dia de júri

**Excluído do atual julgamento, tenente acusou vítimas de fazerem arrastões**

**+ saibamais**

**4** policiais estão sendo julgados por:  
**1** homicídio  
**7** tentativas

O oficial que comandava a operação será julgado por esses crimes em 14 de junho

**3** PMS ainda serão julgados por:  
**1** homicídio  
**8** tentativas

## **Relembre o caso**

Os adolescentes foram abordados perto do Cais de Santa Rita no carnaval de 2006.

Os meninos foram colocados nas viaturas e levados para as imediações da Ponte Joaquim Cardoso, Joana Bezerra, onde foram agredidos e obrigados a pular na maré



## PMs suspeitos de obrigar adolescentes a pular no rio acusaram superior, que teve julgamento adiado. Uma das vítimas foi presa após depor

LARISSA RODRIGUES  
WAGNER OLIVEIRA  
local.pe@dabr.com.br

Quatro dos oitos PMs acusados de obrigar 17 adolescentes a pular no Rio Capibaribe, no carnaval de 2006, provocando a morte de dois por afogamento, começaram a ser julgados ontem. Hoje devem acontecer debates entre defesa e acusação. A sentença poderá sair no fim da noite. Oito vítimas foram ouvidas. Uma delas foi presa após o depoimento.

O advogado dos PMs, José Siqueira, informou que havia quatro mandados contra Tiago Severino da Silva, 25, por crimes de 2008, 2010 e 2011. No entanto, só um dos mandados, por agressão, provocou sua prisão, porque os outros prescreveram.

A princípio, cinco policiais seriam julgados pela morte de Diogo Rosendo Ferreira, 15, e pelas tentativas de homicídios contra sete adolescentes. O tenente Sebastião Antônio Félix teve a data de julgamento remarcada para 14 de julho, a pedido do seu novo advogado, após a renúncia dos defensores anteriores.

Sentaram no banco dos réus Aldenes Carneiro da Silva, José Marcondi Evangelista, Ulisses Francisco da Silva e Irandi Antônio da Silva. Os outros três militares, denunciados pela morte do adolescente Zinael José de Souza, 17, e pelas tentativas de assassinato contra as demais vítimas ainda não têm data para serem julgados.

Antônio chorou várias vezes. Ele disse que foi torturado pela Corregedoria para assumir culpa. Os réus atribuíram responsabilidade exclusiva ao tenente pelas agressões e a ordem de pular no rio.

Os quatro argumentaram que os adolescentes não disseram que não sabiam nadar. "O tenente assumiu sua responsabilidade. Está no depoimento: 'sou o único responsável pelo acontecido'", citou advogado. "Aqueles meninos estavam realizando arrastões e foram deixados em Joana Bezerra para irem para suas casas", alegou o tenente.

### SENTENÇA DE QUATRO POLICIAIS PODE SER DEFINIDA NO FIM DA NOITE DE HOJE

assista



[diariode.pe/bd9l](http://diariode.pe/bd9l)

Digite a URL e assista a matéria da TV Clube/Record



Fotografe o QR code ao lado com o software leitor do seu celular.

# Famílias acompanham com esperança

Parentes de Diogo e Zinael acompanharam o primeiro dia de julgamento. Vestidos com camisas com as fotos das vítimas, os pais de Zinael e a mãe de Diogo estavam confiantes na condenação dos acusados.

O pai de Zinael, sargento reformado da PM Israel Ferreira da Silva, disse que a conduta dos PMs foi errada. "Se os meninos estivessem fazendo algo errado, o certo seria levá-los para a delegacia." As donas de casa Zineide Maria de Souza, 47, e Maria do Carmo Simplício, 63, mães de Zinael e Diogo, respectivamente, esperam que os réus sejam condenados. "Meu filho tinha uma vida pela frente e isso foi tirado dele", desabafou Zineide. "Sinto muitas saudades do meu caçula e espero que a justiça seja feita", comentou Maria do Carmo.

Nos depoimentos, as vítimas disseram que foram abordadas por duas viatu-

ras após serem confundidas com praticantes de arrastões. Relataram ter sofrido agressões e que foram obrigadas a entrar no rio, perto da Ponte Joaquim Cardoso.

Contaram que ouviram, via rádio da polícia, que os PMs teriam pego os suspeitos errados. As vítimas afirmaram ainda que foram levados a um posto policial onde já havia muitos jo-

vens detidos.

"Os corpos dos dois que morreram e as vítimas sobreviventes provam as agressões. Além disso, existem depoimentos de testemunhas", ressaltou o promotor André Rabêlo. Segundo ele, os policiais praticaram duas ações semelhantes entre a noite do dia 28 de fevereiro e a madrugada de 1º de março de 2006.

JULIO JACOBINA/DP/DA PRESS



**Pai de Zinael disse que conduta de PM foi errada**

<b>Assunto: 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife – Julgamento de PMS</b>	
<b>Veículo: Diário de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Local</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: A8</b>	<b>Data: 21/05/2015</b>

# DIÁRIOdePERNAMBUCO

## **Não pode**

Tudo corria dentro do previsto no julgamento dos policiais acusados de espancar e matar adolescentes, ontem, quando um homem passou a fotografar a sala. O juiz ordenou a abordagem do cidadão, que deixou o Fórum Rodolfo Aureliano. Ficou a dúvida: ele apagou a imagem que era proibida?

<b>Assunto: 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife – Julgamento de PMS</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Capa	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 1	<b>Data:</b> 21/05/2015



> Julgamento de PMs  
**Manobras e prisão  
de vítima marcam  
o primeiro dia**

Cotidiano > Página 1

Assunto: 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife – Julgamento de PMS

Veículo: Folha de Pernambuco

Editoria: Cotidiano

Seção:

Página: 1

Data: 21/05/2015



Policiais são acusados de matar dois adolescentes em 2006

# 2,5 mil páginas e muitas manobras

■ **ONTEM**, defesa de um dos cinco PMs conseguiu adiar o julgamento e apenas quatro estão no banco dos réus. Uma das vítimas foi presa

DIEGO MENDES e  
RODRIGO PASSOS

O primeiro dia do julgamento de quatro dos oito acusados de terem matado Zinael José de Souza da Silva, de 17 anos, e Diogo Rosendo Ferreira, 15, e tentado assassinar outras 11 pessoas no Carnaval de 2006, na Capital, foi marcado por manobras jurídicas. A primeira delas, ainda de manhã, se deu na renúncia do

advogado Luis Carlos Alves, que defenderia o tenente Sebastião Antônio Félix - previsto para ter seu julgamento iniciado ontem. Porém, com a desistência da defesa, o caso passou para o advogado Emerson Leônidas. Como ele foi constituído minutos antes do início da sessão, alegou precisar de mais tempo para compreender o processo de 2,5 mil páginas.

Pela tarde, uma das vítimas, Tiago Severino da Silva, 25 anos, foi detido após prestar depoimento. O advogado da defesa dos quatro acusados, José de Siqueira, revelou que quatro mandados de prisão estavam em abertos contra o depoente. Três deles já estavam prescritos. Contudo, um dos mandados, datado de 2011, por crime de violência contra uma adolescente, pro-

## Folha resume

O julgamento de quatro dos oito acusados de terem matado os dois adolescentes no Carnaval de 2006 entra hoje no segundo dia, com o embate entre a defesa e acusação. Ontem, uma das vítimas, Tiago Severino, foi preso após prestar depoimento por um crime cometido em 2011.

velmente estupro, foi o responsável pela prisão do rapaz.

O julgamento continua hoje, com início previsto às 9h. Está previsto o confronto entre a defesa e a acusação, com duas horas e meia para a exposição de cada uma das partes. Após esse primeiro momento, será dado duas horas à réplica. A estimativa é de que o julgamento possa se es-

tender até a madrugada de amanhã, quando será dada a sentença de Aldenes Carneiro da Silva, José Marcondi Evangelista, Ulisses Francisco da Silva e Irandir Antônio da Silva. Todos esses eram do Batalhão de Rádio Patrulha da Polícia Militar (PM), que abordou o grupo de jovens nas proximidades do Recife Antigo, no dia 28 de fevereiro



QUATRO PMs estão sendo julgados pela morte de Diogo

daquele ano. Segundo os PMs, os adolescentes estavam praticando arrastões, fato negado pelos sobreviventes. Todos foram obrigados a atravessar o rio Capibaribe a nado após serem torturados, Zinael e Diogo não sabiam nadar e morreram afogados. As acu-

sações contra os réus estão relacionadas à morte de Diogo Rosendo. De acordo com o advogado dos acusados, José de Siqueira, eles não participaram do assassinato de Zinael, que terá o crime analisado nos julgamentos dos outros réus.

Peu Ricardo



<b>Assunto:</b> 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife – Julgamento de PMS	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Cidades	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 3	<b>Data:</b> 21/05/2015

## jornal do commercio



Renato Spencer/Acervo JC Imagem

**CENTRO** Jovens ficaram perto da Ponte Joaquim Cardozo

# Julgamento de PMs deve terminar hoje

O júri popular de quatro policiais militares acusados de obrigar 17 adolescentes a pular no Rio Capibaribe, em 2006, tendo dois deles morrido afogados, deve terminar hoje à noite. A informação é do promotor de justiça André Rabelo que compõe a acusação dos réus.

Presidido pelo juiz da Primeira Vara do Tribunal do Júri, Ernesto Bezerra, o julgamento teve início por volta das 10h de ontem, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, área central do Recife. Na primeira sessão, foi formado o Conselho de Sentença, composto por duas mulheres e dois homens.

Oito vítimas, na época do crime menores de 18 anos, também foram ouvidas na manhã de ontem. À tarde, foi a vez dos acusados: os ex-PMs Aldenes Carneiro da Silva, José Marcondi Evangelista, Ulisses Francisco da Silva e Irandi Antônio da Silva. O tenente Sebastião Antônio Félix também iria participar do banco de réus, mas pediu para que fosse julgado separadamente. Para ele, foi marcado um novo júri, dia 14 de julho, às 9h.

Três outros militares foram denunciados pelo Ministério Público de Pernambuco e também serão julgados posteriormente. Segundo André Rabelo, o órgão entendeu que a participação dos três, na noite do crime, foi menor.

Hoje, o MPPE poderá fazer a acusação por duas horas e meia. A defesa, formada pelos advogados José de Siqueira e Emerson Davis Gomes, terá o

mesmo tempo para rebater. Na segunda sessão, ainda haverá direito a réplica e tréplica. A sentença deve ser divulgada no fim do dia.

Procuradas pelo **JC**, as vítimas que depuseram ontem afirmaram se sentir ameaçadas pelos policiais. "Só queremos que a justiça seja feita. Depois disso, espero que meu rosto seja esquecido por essas pessoas", declarou um dos jovens, sem querer se identificar.

O PM reformado Israel Ferreira, pai de Zinael José, morto no crime, declarou estar confiante na condenação dos acusados. "Temos esperança de que eles paguem pelo que fizeram e sirvam de exemplo para outros policiais. Nunca pensei que meu filho seria assassinado por um colega", desabafou.

## O CASO

Os policiais são acusados de terem abordado o grupo de 17 adolescentes, em duas viaturas, no dia 28 de fevereiro de 2006, próximo ao Cais de Santa Rita, Centro. As vítimas afirmaram que estavam se dirigindo ao Recife Antigo para brincar Carnaval.

Os jovens teriam sido colocados nos veículos e levados para perto da Ponte Joaquim Cardozo, em Joana Bezerra. Segundo eles, foram agredidos e obrigados a atravessar o rio nadando. Zinael José Souza da Silva, 17, e Diogo Rosendo Ferreira, 15, não sobreviveram. Dois dias depois, foram encontrados boiando no rio, no bairro da Torre, Zona Oeste.

<b>Assunto: Reclamação – Juizados Especiais da Capital</b>	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Opinião JC	<b>Seção:</b> Voz do Leitor
<b>Página:</b> 19	<b>Data:</b> 21/05/2015

# jornal do commercio

---

## Procuração

Estive na Central dos Juizados Especiais da Capital para prestar queixa contra a operadora de telefonia Oi, com uma procuração e a certidão de casamento, uma vez que o meu telefone fixo estava no nome da minha esposa. Fui informado por um dos atendentes que ali não se aceita procuração. Por que só naquele local uma procuração é rejeitada? Outro detalhe: se tivesse conseguido marcar a audiência, só tinha vaga para julho de 2016.

---

✉ **Firmino Caetano Junior** por e-mail

<b>Assunto: Promotoria e defesa adiantam embate no julgamento dos PMs</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 21/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Promotoria e defesa adiantam embate no julgamento dos PMs**

Acontece nesta quinta-feira o segundo dia do julgamento de quatro dos oitos policiais militares acusados de obrigar 17 adolescentes a pular no Rio Capibaribe, no carnaval de 2006, provocando a morte de dois por afogamento. O ponto alto do dia serão os debates entre defesa e acusação.

Os trabalhos tiveram início ÀS 10h. O Ministério Público terá duas e meia para fazer a acusação. Em seguida, a defesa terá tempo igual para se pronunciar em favor dos réus. Se houver réplica e tréplica, cada parte terá mais duas horas para falar. Depois disso, os sete jurados vão responder às questões sobre as culpas de cada réu e decidir se eles são culpados ou inocentes.

Ao final, o juiz Ernesto Bezerra Cavalcanti vai ler a sentença, o que deve acontecer entre o final da noite desta quinta-feira e madrugada de sexta. Hoje, as vítimas não compareceram ao Fórum Rodolfo Aureliano, na Joana Bezerra.

Ao chegar esta manhã, o promotor André Rabelo, falou sobre o caso. "Atribuir ao tenente Felix a prática de todos esses crimes, a uma só pessoa, é até humanamente impossível. Eles (os réus PMs), num primeiro momento na justiça em 2006 disseram que não tinham tido participação nenhuma, que não viram nada, apenas deixaram os jovens e foram embora. E ontem vieram com uma outra história. Na avaliação do Ministério Público, quem vem mentir diante da justiça, só tem medo da verdade quando essa verdade prejudica quem a abraça. Sem a participação deles, esses menores não teriam sido obrigados a entrar no rio, não teriam sido espancados. Quem espancou, deu tapa na cara, chutou os órgãos genitais, foram essas pessoas. Querer jogar a responsabilidade para o tenente, primeiro é um ato de covardia, mas a promotoria vai mostrar a participação de cada um", adiantou.

O advogado de defesa dos réus, José Siqueira Filho, também falou à imprensa. "Eles receberam uma ordem dos meios constituintes, das quatro praças, da guarnição, da rádio patrulha e a ordem do tenente não foi endereçada para que os militares da guarnição colocassem os menores na água, foi diretamente aos menores para que eles entrassem na água", defendeu.

Estão sendo julgados os réus Aldenes Carneiro da Silva (sargento), José Marcondi Evangelista (soldado), Ulisses Francisco da Silva (soldado) e Irandi Antônio da Silva (soldado). O tenente da Polícia Militar Sebastião Antônio Félix não está sendo julgado junto aos outros quatro policiais militares. Os advogados do réu, Luis Carlos Alves da Silva e Fábio Almeida Vasconcelos, renunciaram ao caso e o novo advogado,

constituído hoje, Émerson Leônidas, alegou falta de condições de fazer a defesa por desconhecimento do processo. Como o Ministério Público não se mostrou contrário, o julgamento dele foi remarcado para o dia 14 de julho.

O oficial, que não foi excluído da corporação e compareceu fardado ao Fórum Rodolfo Aureliano, falou à imprensa. Segundo ele, os adolescentes estariam realizando arrastões e agredindo pessoas. O tenente acrescentou que os PMs tiraram os suspeitos do Recife Antigo, mas como não poderiam deixá-los em Afogados, que seria fora da jurisdição do 16º Batalhão, os teriam deixado em Joana Bezerra. Felix negou ter mandado espancar os adolescentes ou mandá-los entrar no rio. "Estava comandando mais de cem policiais. Não posso me responsabilizar pelas atitudes de outras pessoas", disse, permanecendo no local para acompanhar o julgamento. No entanto, o promotor do caso, André Rabelo, afirmou que o tenente comandou operação até a Ponte Joaquim Cardoso, onde os adolescentes foram mortos e espancados.

<b>Assunto: Júri popular - Julgamento de PMs segue nesta quinta-feira com debates entre defesa e acusação</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 21/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Julgamento de PMs segue nesta quinta-feira com debates entre defesa e acusação**

*PMs suspeitos de obrigar adolescentes a pular no rio acusaram superior, que teve julgamento adiado. Uma das vítimas foi presa após depor*

Quatro dos oitos PMs acusados de obrigar 17 adolescentes a pular no Rio Capibaribe, no carnaval de 2006, provocando a morte de dois por afogamento, começaram a ser julgados ontem. Hoje devem acontecer debates entre defesa e acusação. A sentença poderá sair no fim da noite. Oito vítimas foram ouvidas. Uma delas foi presa após o depoimento.

Quatro dos oitos PMs acusados de obrigar 17 adolescentes a pular no Rio Capibaribe, no carnaval de 2006, provocando a morte de dois por afogamento, começaram a ser julgados ontem. Hoje devem acontecer debates entre defesa e acusação. A sentença poderá sair no fim da noite. Oito vítimas foram ouvidas. Uma delas foi presa após o depoimento.

O advogado dos PMs, José Siqueira, informou que havia quatro mandados contra Tiago Severino da Silva, 25, por crimes de 2008, 2010 e 2011. No entanto, só um dos mandados, por agressão, provocou sua prisão, porque os outros prescreveram.

A princípio, cinco policiais seriam julgados pela morte de Diogo Rosendo Ferreira, 15, e pelas tentativas de homicídios contra sete adolescentes. O tenente Sebastião Antônio Félix teve a data de julgamento remarcada para 14 de julho, a pedido do seu novo advogado, após a renúncia dos defensores anteriores.

Sentaram no banco dos réus Aldenes Carneiro da Silva, José Marcondi Evangelista, Ulisses Francisco da Silva e Irandi Antônio da Silva. Os outros três militares, denunciados pela morte do adolescente Zinael José de Souza, 17, e pelas tentativas de assassinato contra as demais vítimas ainda não têm data para serem julgados.

Antônio chorou várias vezes. Ele disse que foi torturado pela Corregedoria para assumir culpa. Os réus atribuíram responsabilidade exclusiva ao tenente pelas agressões e a ordem de pular no rio.

Os quatro argumentaram que os adolescentes não disseram que não sabiam nadar. “O tenente assumiu sua responsabilidade. Está no depoimento: ‘sou o único responsável pelo acontecido’”, citou advogado. “Aqueles meninos estavam realizando arrastões e foram deixados em Joana Bezerra para irem para suas casas”, alegou o tenente.

## **Famílias acompanham com esperança**

Parentes de Diogo e Zinael acompanharam o primeiro dia de julgamento. Vestidos com camisas com as fotos das vítimas, os pais de Zinael e a mãe de Diogo estavam confiantes na condenação dos acusados.

O pai de Zinael, sargento reformado da PM Israel Ferreira da Silva, disse que a conduta dos PMs foi errada. “Se os meninos estivessem fazendo algo errado, o certo seria levá-los para a delegacia.” As donas de casa Zineide Maria de Souza, 47, e Maria do Carmo Simplício, 63, mães de Zinael e Diogo, respectivamente, esperam que os réus sejam condenados. “Meu filho tinha uma vida pela frente e isso foi tirado dele”, desabafou Zineide. “Sinto muitas saudades do meu caçula e espero que a justiça seja feita”, comentou Maria do Carmo.

Nos depoimentos, as vítimas disseram que foram abordadas por duas viaturas após serem confundidas com praticantes de arrastões. Relataram ter sofrido agressões e que foram obrigadas a entrar no rio, perto da Ponte Joaquim Cardoso.

Contaram que ouviram, via rádio da polícia, que os PMs teriam pego os suspeitos errados. As vítimas afirmaram ainda que foram levados a um posto policial onde já havia muitos jovens detidos.

“Os corpos dos dois que morreram e as vítimas sobreviventes provam as agressões. Além disso, existem depoimentos de testemunhas”, ressaltou o promotor André Rabêlo. Segundo ele, os policiais praticaram duas ações semelhantes entre a noite do dia 28 de fevereiro e a madrugada de 1º de março de 2006.

### **Saiba mais:**

4 policiais estão sendo julgados por:

1 homicídio

7 tentativas

O oficial que comandava a operação será julgado por esses crimes em 14 de junho

3 PMs ainda serão julgados por:

1 homicídio

8 tentativas

Relembre o caso - Os adolescentes foram abordados perto do Cais de Santa Rita no carnaval de 2006. Os meninos foram colocados nas viaturas e levados para as imediações da Ponte Joaquim Cardoso, Joana Bezerra, onde foram agredidos e obrigados a pular na maré

<b>Assunto: Júri popular - Primeiro dia de audiência acaba com prisão de sobrevivente. Policiais alegaram que cumpriram ordens</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 21/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Primeiro dia de audiência acaba com prisão de sobrevivente. Policiais alegaram que cumpriram ordens**

*Militares são acusados de espancar e obrigar 17 adolescentes a atravessar o Rio Capibaribe nadando. Dois não sabiam nadar e morreram. Audiência será retomada às 9h desta quinta-feira*

A princípio, cinco policiais seriam julgados pela morte de Diogo Rosendo Ferreira, 15 anos, e pelas tentativas de homicídios contra outros sete adolescentes, no entanto, o tenente Sebastião Antônio Félix teve a data de julgamento remarcada para o dia 14 de julho a pedido do seu novo advogado.

Estiveram sentados no banco dos réus os ex-sargento Aldenes Carneiro da Silva, os ex-soldados José Marcondi Evangelista e Ulisses Francisco da Silva e o soldado Irandi Antônio da Silva. Os outros três militares denunciados pela morte do adolescente Zinael José de Souza e pelas tentativas de assassinato contra as demais vítimas ainda não têm data para serem julgados.

Após a escolha dos sete jurados que formaram o Conselho de Sentença, o juiz Ernesto Bezerra Cavalcanti deu início ao julgamento. O advogado Emerson Leônidas, que assumiu a defesa do réu Sebastião Félix, alegou que não poderia atuar na defesa perante o júri, pois não teve acesso ao processo de mais de duas mil páginas. Os advogados que defendiam o tenente renunciaram ao caso antes do início da sessão. “Aqueles meninos estavam realizando arrastões no Centro do Recife e foram detidos por causa disso. Eles foram deixados em Joana Bezerra para irem para suas casas, no bairro de Afogados”, alegou o tenente. Após ter sido dispensado pelo juiz, Sebastião Félix continuou assistindo ao julgamento dos outros quatro réus.

### **Policiais disseram que cumpriam ordens**

Os quatro policiais que estão sendo julgados foram ouvidos na tarde e início da noite de ontem. O último a falar foi Irandi Antônio da Silva, que chorou várias vezes enquanto era questionado pelo advogado José Siqueira. Ele disse que foi torturado pela Corregedoria da PM para assumir que teria obrigado os adolescentes a entrar no rio. O discurso dos quatro réus está afinado. Todos eles fizeram afirmações indicando que a responsabilidade sobre tudo que aconteceu naquela noite é exclusivamente do tenente Sebastião Antônio Félix, comandante do grupo na ocasião. De acordo com o depoimento dos quatro, o tenente Félix teria agredido sozinho os 17 adolescentes e obrigado eles a entrar no rio.



O advogado José Siqueira bateu forte na tecla de que todos os policiais estavam cumprindo ordens e aprendem no quartel que não podem desobedecer os superiores. Os quatro policiais também argumentaram que em nenhum momento os adolescentes contaram que não sabiam nadar, pois se os meninos tivessem falado teriam sido mandados embora.

“Quando tudo aconteceu, os policiais optaram pelo silêncio porque esperavam que o tenente assumisse sua responsabilidade, como de fato assumiu. Está lá no depoimento do tenente: ‘sou o único responsável pelo acontecido’. Soldado não pode questionar ordem de policial”, afirmou José Siqueira. “É impossível um homem sozinho controlar 17 rapazes detidos. Isso é acreditar em papai Noel e história da carochinha. É claro que todos eles participaram”, afirmou o promotor André Rabelo.

### **Preso após prestar depoimento**

Oito vítimas dos militares foram ouvidas nesta quarta. Uma delas, atualmente com 25 anos, acabou sendo presa depois de prestar depoimento. O advogado dos PMs, José Siqueira, informou que havia quatro mandados de prisão contra Tiago Severino da Silva por ações cometidas em 2008, 2010 e 2011. No entanto, só um dos mandados provocou sua prisão, porque os outros três haviam prescrito. O rapaz teria praticado violência contra uma menina.

### **Relembre o caso**

Um grupo de 17 adolescentes foi abordado por duas viaturas da Polícia Militar, sendo uma do Batalhão de Radiopatrulha e outra do 16º BPM, nas imediações do Cais de Santa Rita. Os rapazes seguiam para o Marco Zero, onde iriam brincar carnaval. Na época, eles contaram que foram colocados dentro das viaturas, circularam por várias ruas da cidade e depois foram levados para as imediações do Fórum do Recife, em Joana Bezerra. Lá, os adolescentes disseram ter sido espancados de cassetetes, foram agredidos com tapas e depois obrigados a entrar na maré. Como não sabiam nadar, Diogo e Zinael morreram afogados. Os outros garotos conseguiram sobreviver. Familiares das vítimas afirmaram que os meninos foram confundidos com um grupo que estava realizando furtos no Bairro do Recife.

<b>Assunto: Júri popular - Sobrevivente é preso após prestar depoimento contra policiais militares</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 21/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Sobrevivente é preso após prestar depoimento contra policiais militares**

*Tiago Severino foi um dos adolescentes espancados e obrigados a atravessar o Rio Capibaribe nadando, mas tinha quatro mandados de prisão em aberto*

Após prestar depoimento durante o julgamento dos policiais militares acusados de espancar e matar adolescentes no carnaval de 2006, uma das vítimas sobreviventes acabou presa. Tiago Severino da Silva, 25, tinha quatro mandados de prisão em aberto e foi detido no cumprimento de um deles. O júri popular acontece no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, em Joana Bezerra, sob coordenação do juiz Ernesto Bezerra Cavalcanti.

No fim da tarde desta segunda, o sargento Aldenes Carneiro da Silva começou a ser ouvido. Apesar dos sobreviventes terem dito que todos os policiais estavam armados, ele alegou que apenas o tenente Sebastião Antônio Félix empunhava uma arma. "Me assustei e pensei em baixar o braço dele, mas ao ver a posição que ele segurava, vi que ele não estava em posição de tiro, só ia intimidar", observou o réu. Ainda segundo o acusado, nenhum dos adolescentes disse que não sabia nadar. "Se eles tivessem dito, eu teria mandado eles embora. O tenente ficou dizendo para eles que eles estavam errados e disse para não voltarem mais ao Marco Zero", detalhou.

### **Relembre o caso**

Um grupo de 17 adolescentes foi abordado por duas viaturas da Polícia Militar, sendo uma do Batalhão de Radiopatrulha e outra do 16º BPM, nas imediações do Cais de Santa Rita. Os rapazes seguiam para o Marco Zero, onde iriam brincar carnaval. Na época, eles contaram que foram colocados dentro das viaturas, circularam por várias ruas da cidade e depois foram levados para as imediações do Fórum do Recife, em Joana Bezerra. Lá, os adolescentes disseram ter sido espancados de cassetetes, foram agredidos com tapas e depois obrigados a entrar na maré. Como não sabiam nadar, Diogo e Zinael morreram afogados. Os outros garotos conseguiram sobreviver. Familiares das vítimas afirmaram que os meninos foram confundidos com um grupo que estava realizando furtos no Bairro do Recife.

<b>Assunto: Júri popular - Sargento acusado de espancar e matar adolescentes disse que não sabia que eles não sabiam nadar</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 21/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Sargento acusado de espancar e matar adolescentes disse que não sabia que eles não sabiam nadar**

*Previsão é que julgamento termine na sexta*

Após um rápido intervalo, o julgamento dos cinco policiais militares acusados de matar e espancar adolescentes durante o carnaval de 2006 foi retomado por volta das 15h30, no Fórum Rodolfo Aureliano. As vítimas sobreviventes já foram ouvidas e o primeiro acusado começou a prestar depoimento, o sargento Aldenes Carneiro da Silva. O juiz Ernesto Bezerra Cavalcanti coordena a sessão.

Os policiais disseram que apenas o tenente Sebastião Antônio Félix estava armado. Ao ser ouvido, o sargento disse que estava em uma viatura da PM. "Me assustei e pensei em baixar o braço dele, mas ao ver a posição que ele segurava a arma, vi que ele não estava em posição de tiro, só ia intimidar", observou o réu. Ainda segundo o acusado, nenhum dos adolescentes disse que não sabia nadar. "Se eles tivessem dito, eu teria mandado eles embora. O tenente ficou dizendo para eles que eles estavam errados e disse para não voltarem mais ao Marco Zero", detalhou.

Durante as falas, todas as vítimas disseram que estavam juntas quando foram abordadas pelos militares armados, foram espancadas e obrigadas a entrar no Rio Capibaribe, debaixo da Ponte Joaquim Cardoso, e nadar até o outro lado da margem. Eles negaram estar realizando arrastões, principal argumento de defesa dos PMs.

Os cinco policiais acusados do crime são: o sargento Aldenes Carneiro da Silva, o tenente Sebastião Antônio Félix e os soldados José Marcondi Evangelista, Ulisses Francisco da Silva e Irandi Antônio da Silva.

### **Relembre o caso**

Um grupo de 17 adolescentes foi abordado por duas viaturas da Polícia Militar, sendo uma do Batalhão de Radiopatrulha e outra do 16º BPM, nas imediações do Cais de Santa Rita. Os rapazes seguiam para o Marco Zero, onde iriam brincar carnaval. Na época, eles contaram que foram colocados dentro das viaturas, circularam por várias ruas da cidade e depois foram levados para as imediações do Fórum do Recife, em Joana Bezerra. Lá, os adolescentes disseram ter sido espancados de cassetetes, foram agredidos com tapas e depois obrigados a entrar na maré. Como não sabiam nadar, Diogo e Zinael morreram afogados. Os outros garotos conseguiram sobreviver. Familiares das vítimas afirmaram que os meninos foram confundidos com um grupo que estava realizando furtos no Bairro do Recife.

**Assunto: Júri popular - Mais três vítimas e quatro réus devem depor esta tarde no Fórum Rodolfo Aureliano**

**Veículo:** diariodepernambuco.com.br

**Data:** 21/05/2015

**Editoria:**

**Seção:**

**DIARIO** de **PERNAMBUCO**  
.com.br

## **Mais três vítimas e quatro réus devem depor esta tarde no Fórum Rodolfo Aureliano**

Após os depoimentos de cinco adolescentes que sobreviveram à ação policial que culminou na morte de duas pessoas em março de 2006, o juiz Ernesto Bezerra Cavalcanti deu um intervalo de uma hora no processo de julgamento, no Fórum Rodolfo Aureliano. Todas as vítimas declararam o mesmo: estavam juntas quando foram abordadas por policiais militares, foram espancadas e obrigadas por PMs armados a entrarem no Rio Capibaribe em baixo da Ponte Joaquim Cardoso e nadarem até o outro lado da margem. Eles também negaram estar realizando arrastões.



Meninos foram agredidos com cassetetes pelos Policiais Militares. Foto: Júlio Jacobina / DP / D.A Press

O primeiro a falar foi Obernan Santana, na época com 16 anos de idade. Ele disse que foi colocado na mala de uma caminhonete Blazer junto com outros sete adolescentes e ter visto quando um deles, Diogo Rosendo Ferreira, de 15 anos, estava se afogando, acrescentando que tentou salvá-lo sem sucesso. Obernan falou ainda que nenhum deles estaria envolvido em crimes.

Segundo a depor, Douglas Lima, que tinha 16 anos na ocasião, acrescentou que quando o grupo ainda estava na viatura ouviu o rádio informar que outros policiais já haviam identificado e apreendido os jovens que estariam realizando os arrastões e que eles deveriam ser liberados. No entanto, segundo ele, apesar disto, os adolescentes foram espancados e obrigados a nadar no rio. Douglas disse ainda que só após todos

começarem a nadar, os PMs deixaram o local e que eles foram ajudados, já do outro lado da margem, por uma senhora que morava nas proximidades.

Os outros a falar foram: Marcos Vinícius de Souza, na época com 14 anos; Alexandre Pereira de Carvalho, com 16 anos e o irmão dele, Emerson Pereira de Carvalho, que tinha 15 anos. Outros três adolescentes serão ouvidos à tarde. Em seguida, prestarão depoimentos os quatro réus: Aldenes Carneiro da Silva (sargento), José Marcondi Evangelista (soldado), Ulisses Francisco da Silva (soldado) e Irandi Antônio da Silva (soldado).



Felix negou ter mandado espancar os adolescentes ou mandá-los entrar no rio. Foto: Wagner Oliveira/ DP/ DA Press.

O tenente da Polícia Militar Sebastião Antônio Félix não será julgado nesta quarta-feira, junto aos outros quatro policiais militares acusados de obrigar um grupo de adolescentes a pular no rio, no carnaval de 2006, matando dois deles por afogamento. Os advogados do réu, Luis Carlos Alves da Silva e Fábio Almeida Vasconcelos, renunciaram ao caso e o novo advogado, constituído hoje, Émerson Leônidas, alegou falta de condições de fazer a defesa por desconhecimento do processo. Como o Ministério Público não se mostrou contrário, o julgamento dele foi remarcado para o dia 14 de julho.

O oficial, que não foi excluído da corporação e compareceu fardado, falou à imprensa. Segundo ele, os adolescentes estariam realizando arrastões e agredindo pessoas. O tenente acrescentou que os PMs tiraram os suspeitos do Recife Antigo, mas como não poderiam deixá-los em Afogados, que seria fora da jurisdição do 16º Batalhão, os teriam deixado em Joana Bezerra. Felix negou ter mandado espancar os adolescentes ou mandá-los entrar no rio. "Estava comandando mais de cem policiais. Não posso me responsabilizar pelas atitudes de outras pessoas", disse, permanecendo no local para acompanhar o julgamento. No entanto, o promotor do caso, André Rabelo, afirmou que o tenente comandou operação até a Ponte Joaquim Cardoso, onde os adolescentes foram mortos e espancados.

Para o promotor André Rabelo, as provas são consistentes: "Os corpos dos dois que morreram, os corpos das vítimas sobreviventes provam as agressões, os depoimentos dos próprios acusados, quando uns atribuem os crimes aos outros, os depoimentos das

próprias vítimas, tudo são provas conscientes. São os depoimentos de todas as testemunhas: de quem participou, de quem foi vítima, de quem presenciou. Não há uma previsão legal, mas é claro que todos os cinco praticaram o mesmo ato, cada um teve uma atitude diferente e vão responder na medida da sua culpabilidade", explicou.

O pai de Nizeal, Israel Ferreira da Silva, sargento reformado da PM, também acompanha o julgamento. "Eles enquanto policiais não poderiam ter feito o que fizeram. Se os meninos estivessem fazendo algo errado, o certo seria levá-los para a delegacia", acrescentou. As mães de Zinael José Souza da Silva, 17, e Diogo Rosendo Ferreira, 15, chegaram ao fórum vestindo camisas com as fotos dos filhos. Temendo represálias, elas pedem para não terem os rostos fotografados. Os familiares estão confiantes na condenação.

<b>Assunto: Terreno com 1,5 mil barracos é desocupado no Jiquiá, no Recife</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 21/05/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Terreno com 1,5 mil barracos é desocupado no Jiquiá, no Recife**

*Área pertence a uma empresa privada, que pediu reintegração de posse. Grupo interditou a Avenida Recife e entrou em confronto com a PM.*



Quase 1,5 mil famílias terão que deixar o terreno que ocupam desde o começo de maio, no Jiquiá, Zona Oeste do Recife, nesta quinta-feira (21). Elas integram a comunidade Olga Benário e receberam uma ordem de despejo expedida pela 21ª Vara Cível da Capital, que é cumprida no início desta manhã. Além dos oficiais de justiça, a Polícia Militar está com 800 policiais no local a fim de garantir a reintegração de posse.

A retirada dos barracos começou de forma pacífica, mas, por volta das 9h, houve conflito. Durante cerca de vinte minutos, um grupo interditou a Avenida Recife, no encontro com a BR-101 – a cerca de 500 metros do local da ocupação. Balas de borracha foram disparadas e pedras, atiradas. Não há registro oficial de feridos. A situação foi controlada pela PM.

O terreno fica por trás do prédio da Justiça Federal, na Avenida Recife, e é chamado de Campo do Jiquiá. A área foi ocupada no último 4 de maio por moradores das comunidades do Vietnã, San Martin e Cacique Xicão, que, juntos, formaram a comunidade Olga Benário. Segundo eles, são quase 1,5 mil barracos de lona e madeira no terreno, que tem aproximadamente 40 hectares e pertence a uma empresa privada. A

compra teria sido realizada em 2011, mas nada havia sido feito no local até o início do mês.

Ao saber da ocupação, a empresa solicitou a reintegração de posse à justiça. O pedido foi acatado pelo juiz Paulo Torres Pereira da Silva 21ª Vara Cível do Recife. A ordem de despejo é cumprida nesta quinta com o apoio de quatro oficiais da justiça e de policiais militares, além de representantes da empresa.

Segundo o Major Júlio Aragão, da Polícia Militar, a equipe chegou ao terreno por volta das 6h. “Começamos a negociação com representantes do loteamento para fazer a reintegração de forma pacífica. Feita a negociação, há um espaço de tempo para que as pessoas possam fazer a desocupação e indicar um local para a empresa levar seus pertences”, falou o major em entrevista ao Bom Dia Pernambuco desta quinta.

Ainda de acordo com o Major Júlio, boa parte dos barracos já está desocupada no início desta manhã e a equipe só encontrou cerca de 50 pessoas no local. Mesmo assim, cinco caminhões foram disponibilizados pela empresa para fazer o transporte dos bens dos moradores e 800 PMs acompanham a reintegração. “O papel da PM é garantir o cumprimento do mandado de reintegração de posse e colaborar para que tudo ocorra com tranquilidade, de forma pacífica, para garantir a segurança de todos os envolvidos na reintegração”, afirmou.



<b>Assunto: 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife – Fase de Debates</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 21/05/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



PERNAMBUCO



DEFESA X ACUSAÇÃO

### Júri de PMs segue com debate nesta 5ª

👍 6 • 💬 2

<b>Assunto: 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife – Fase de Debates</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 21/05/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



PERNAMBUCO



## **Julgamento de PMs continua 5ª feira com debate entre acusação e defesa**

*Vítimas e réus depuseram nesta quarta, na 1ª Vara do Tribunal do Júri. PMs são acusados de matar dois adolescentes afogados no Rio Capibaribe.*



Terminou por volta das 19h desta quarta-feira (20) o primeiro dia do júri em que quatro policiais militares estão sendo julgados pela acusação de assassinar dois adolescentes, em 2006, no bairro dos Coelhos, no [Recife](#). Quatro das vítimas e os réus prestaram depoimento na 1ª Vara do Tribunal do Júri, no Fórum Rodolfo Aureliano, no bairro da Joana Bezerra.

A sessão será retomada nesta quinta-feira (21), às 9h, com o debate entre acusação e defesa, cuja duração máxima prevista é de nove horas. É possível que o veredito saia ainda no fim do dia. Um quinto acusado, o tenente Sebastião Antônio Félix, que era o superior da equipe no dia do crime, conseguiu o desmembramento do julgamento, porque o seu defensor só assumiu o caso nesta quarta. O júri do tenente foi remarcado para o dia 14 de julho.

De acordo com o processo, em 28 de fevereiro de 2006, os PMs teriam obrigado 17 adolescentes a atravessar a nado o Rio Capibaribe, ameaçando-os com revólveres, a partir da Ponte Joaquim Cardozo, em Joana Bezerra, área central do Recife. Por não saberem nadar, dois adolescentes, de 15 e 17 anos, morreram afogados. Das 17 vítimas, 11 sobreviveram e outras quatro não foram identificadas.

O sargento Aldênis Carneiro da Silva e os soldados José Marcondi Evangelista, Ulisses Francisco da Silva e Irandir Antônio da Silva são acusados de homicídio triplamente qualificado -- crime por motivo fútil, com crueldade e sem chance de defesa às vítimas - - e 11 tentativas de homicídio. Para concluir o processo, foram utilizados depoimentos de vítimas e testemunhas, mapeamento das viaturas por GPS e reconhecimento dos suspeitos pelas vítimas.

Outros três policiais, também acusados de envolvimento no crime, vão ser julgados em momento diferente, em datas ainda não divulgadas.

<b>Assunto: 21ª Vara Cível - Terreno com 1,5 mil barracos é desocupado no Jiquiá</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 21/05/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



PERNAMBUCO



## **Terreno com 1,5 mil barracos é desocupado no Jiquiá, no Recife**

*Área pertence a uma empresa privada, que pediu reintegração de posse. Quatro oficiais de justiça e 800 PMs cumprem ordem de despejo.*

Quase 1,5 mil famílias terão que deixar o terreno que ocupam desde o começo de maio, no Jiquiá, Zona Oeste do Recife, nesta quinta-feira (21). Elas receberam uma ordem de despejo expedida pela 21ª Vara Cível da Capital, que é cumprida no início desta manhã sem resistência da comunidade. Além dos oficiais de justiça, a Polícia Militar está com 800 oficiais no local a fim de garantir a reintegração de posse.

O terreno que será desocupado fica por trás do prédio da Justiça Federal e foi ocupado no último 4 de maio por moradores das comunidades do Vietnã, San Martin e Cacique Xicão. Segundo eles, são quase 1,5 mil barracos de lona e madeira no terreno, que tem aproximadamente 40 hectares e pertence a uma empresa privada. A compra teria sido realizada em 2011, mas nada havia sido feito no local até o início do mês.

Ao saber da ocupação, a empresa solicitou a reintegração de posse à justiça. O pedido foi acatado pelo juiz Paulo Torres Pereira da Silva 21ª Vara Cível do Recife. A ordem de despejo é cumprida nesta quinta com o apoio de quatro oficiais da justiça e de policiais militares, além de representantes da empresa.

Segundo o Major Júlio Aragão, da Polícia Militar, a equipe chegou ao terreno por volta das 6h. “Começamos a negociação com representantes do loteamento para fazer a reintegração de forma pacífica. Feita a negociação, há um espaço de tempo para que as pessoas possam fazer a desocupação e indicar um local para a empresa levar seus pertences”, falou o major em entrevista ao Bom Dia Pernambuco desta quinta.

Ainda de acordo com o Major Júlio, boa parte dos barracos já está desocupada no início desta manhã e a equipe só encontrou cerca de 50 pessoas no local. Mesmo assim, cinco caminhões foram disponibilizados pela empresa para fazer o transporte dos bens dos moradores e 800 PMs acompanham a reintegração. “O papel da PM é garantir o cumprimento do mandado de reintegração de posse e colaborar para que tudo ocorra com tranquilidade, de forma pacífica, para garantir a segurança de todos os envolvidos na reintegração”, afirmou.

Até as 7h, a reintegração segue de forma pacífica. Os oficiais da justiça negociam com os moradores e a PM cerca o terreno. O movimento de moradores é tranquilo e um trator já começa a derrubar os barracos que estavam desocupados no início da manhã.

**Assunto: Primeiro dia de júri de PMs termina com vítima presa; sessão continua nesta quinta**

**Veículo: folhape**

**Data: 21/05/2015**

**Editoria:**

**Seção:**

**FOLHAPe**.com.br  
TUDO O QUE ACONTECE.

## Primeiro dia de júri de PMs termina com vítima presa; sessão continua nesta quinta

*Rapaz detido sobreviveu a ação que resultou na morte de dois adolescentes, em 2006*

Arthur Mota/Folha de Pernambuco



Na audiência, parentes das vítimas pediram justiça

Foi encerrado, por volta das 19h desta quarta-feira (20), o primeiro dia de julgamento de quatro policiais militares acusados da morte de Diogo Rosendo Ferreira, de 15 anos, em 28 de fevereiro de 2006. O adolescente teria sido obrigado a atravessar o Rio Capibaribe a nado e acabou se afogando. Outro rapaz – Zinael José Souza da Silva, 17 – também morreu, mas o crime relacionado a ele só será julgado posteriormente.

Outros 11 jovens, além de mais quatro não identificados, também tiveram que entrar na água sob a mira de um revólver. Por essa razão, os réus também estão

sendo julgados pelas tentativas de homicídio correspondentes. A audiência ocorreu no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, na área central do Recife. Nesta quinta-feira (21), o julgamento terá continuidade, às 9h.

Ao longo da sessão, uma surpresa: um dos sobreviventes acabou detido. Foi constatado que o rapaz, de 25 anos, tinha mandados de prisão em aberto. Antes, em seu depoimento, ele afirmou que os adolescentes foram pegos sob suspeita de envolvimento em um arrastão e que foram forçados a irem para o outro lado da margem do rio através da água. A versão foi confirmada por outras sete vítimas, que também prestaram depoimentos.

Os quatro réus – Aldenes Carneiro da Silva, José Marcondi Evangelista, Ulisses Francisco da Silva e Irandi Antônio da Silva – também contaram suas versões do fato. O advogado de defesa insistiu na tese de que os acusados só foram envolvidos porque obedeciam a ordens do tenente Sebastião Antônio Félix – outro réu, que ainda não está sendo julgado – e que nenhum deles espancou os adolescentes ou mandou que eles entrassem no rio.

O tenente Sebastião Antônio Félix também seria julgado nesta quarta, mas teve a audiência adiada para 14 de julho porque seu advogado deixou o caso. Um novo profissional já foi constituído, mas alegou não conhecer o processo. O tenente responde pelo homicídio de Zinael.

### **Familiares**

As mães de Diogo e Zinael, mortos na ação dos policiais militares, esperam justiça. "Meu filho trabalhava, estudava e me ajudava em casa. Não era bandido. São nove anos de espera. É como se tivessem tirado uma parte de mim", disse Zineide Maria Souza, mãe de Zinael. "Lembro daquele dia com muita dor. Ele saiu bem de casa e foi morto. Espero justiça", falou Maria do Carmo Simplicio, mãe de Diogo.

### **O caso**

Segundo o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), o caso ocorreu em um ponto sob a Ponte Joaquim Cardozo, na Ilha Joana Bezerra. Os corpos de Zinael e Diogo foram encontrados no dia seguinte, nas imediações da ponte da Torre. As outras vítimas sobreviveram. O promotor de Justiça André Rabelo sustenta a tese da prática de dois homicídios triplamente qualificados - crime consumado por motivo fútil, requintes de crueldade e sem chance de defesa às vítimas - e de 11 tentativas de homicídio. Ainda conforme o MPPE, depoimentos de vítimas e testemunhas, o mapeamento das viaturas policiais por GPS e o reconhecimento fotográfico dos suspeitos foram decisivos para a conclusão do processo.

<b>Assunto: Foragido há mais de 15 anos, suspeito de homicídios é preso em Timbaúba</b>	
<b>Veículo:</b> folhape	<b>Data:</b> 21/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Foragido há mais de 15 anos, suspeito de homicídios é preso em Timbaúba**

*Homem vivia no Rio de Janeiro e voltou ao município pernambucano recentemente*

Um homem foi detido, nesta quarta-feira (20), em cumprimento a um mandado de prisão expedido pela 2ª Vara da Comarca de Timbaúba, na Mata Norte do Estado. De acordo com a Polícia Civil, o suspeito, de 49 anos, estava foragido há mais de 15.

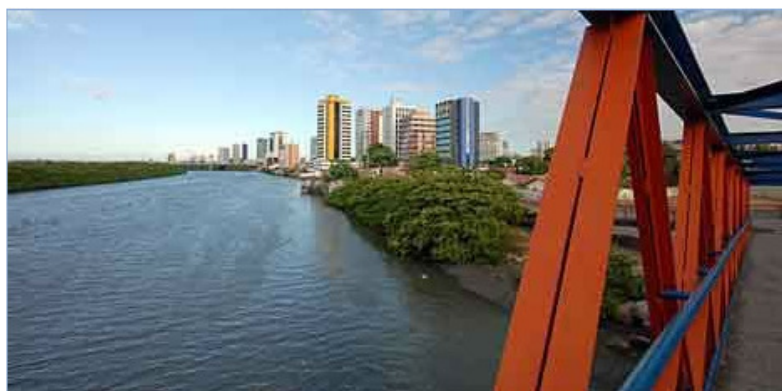
Ele é investigado pelos crimes de homicídios e formação de quadrilha. O homem estava vivendo no Rio de Janeiro, mas teria retornado para Timbaúba há poucos dias. Ele foi encaminhado para a cadeia pública do município e está à disposição da Justiça.

<b>Assunto: Julgamento de PMs continua nesta quinta com debate entre acusação e defesa</b>	
<b>Veículo: JConline</b>	<b>Data: 21/05/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### **Julgamento de PMs continua nesta quinta com debate entre acusação e defesa**

*Vítimas e réus depuseram nesta quarta, na 1ª Vara do Tribunal do Júri*



Crimes aconteceram embaixo da Ponte Joaquim Cardoso, em Joana Bezerra  
Foto: Renato Spencer/Acervo JC Imagem

O júri popular de quatro policiais militares acusados de obrigar 17 adolescentes a pular no Rio Capibaribe, em 2006, tendo dois deles morrido afogados, deve terminar hoje à noite. A informação é do promotor de justiça André Rabelo que compõe a acusação dos réus.

Presidido pelo juiz da Primeira Vara do Tribunal do Júri, Ernesto Bezerra, o julgamento teve início por volta das 10h de ontem, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, área central do Recife. Na primeira sessão, foi formado o Conselho de Sentença, composto por duas mulheres e dois homens.

Oito vítimas, na época do crime menores de 18 anos, também foram ouvidas na manhã de ontem. À tarde, foi a vez dos acusados: os ex-PMs Aldenes Carneiro da Silva, José Marcondi Evangelista, Ulisses Francisco da Silva e Irandi Antônio da Silva. O tenente Sebastião Antônio Félix também iria participar do banco de réus, mas pediu para que fosse julgado separadamente. Para ele, foi marcado um novo júri, dia 14 de julho, às 9h.

Três outros militares foram denunciados pelo Ministério Público de Pernambuco e também serão julgados posteriormente. Segundo André Rabelo, o órgão entendeu que a participação dos três, na noite do crime, foi menor.

Hoje, o MPPE poderá fazer a acusação por duas horas e meia. A defesa, formada pelos advogados José de Siqueira e Emerson Davis Gomes, terá o mesmo tempo para rebater. Na segunda sessão, ainda haverá direito a réplica e tréplica. A sentença deve ser divulgada no fim do dia.



Procuradas pelo JC, as vítimas que depuseram ontem afirmaram se sentir ameaçadas pelos policiais. “Só queremos que a justiça seja feita. Depois disso, espero que meu rosto seja esquecido por essas pessoas”, declarou um dos jovens, sem querer se identificar.

O PM reformado Israel Ferreira, pai de Zinael José, morto no crime, declarou estar confiante na condenação dos acusados. “Temos esperança de que eles paguem pelo que fizeram e sirvam de exemplo para outros policiais. Nunca pensei que meu filho seria assassinado por um colega”, desabafou.

## O CASO

Os policiais são acusados de terem abordado o grupo de 17 adolescentes, em duas viaturas, no dia 28 de fevereiro de 2006, próximo ao Cais de Santa Rita, Centro. As vítimas afirmaram que estavam se dirigindo ao Recife Antigo para brincar Carnaval.

Os jovens teriam sido colocados nos veículos e levados para perto da Ponte Joaquim Cardozo, em Joana Bezerra. Segundo eles, foram agredidos e obrigados a atravessar o rio nadando. Zinael José Souza da Silva, 17, e Diogo Rosendo Ferreira, 15, não sobreviveram. Dois dias depois, foram encontrados boiando no rio, no bairro da Torre, Zona Oeste.

<b>Assunto: Comunidade no Jiquiá é alvo de reintegração de posse</b>	
<b>Veículo: JConline</b>	<b>Data: 21/05/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### Comunidade no Jiquiá é alvo de reintegração de posse

*Cerca de 1500 moravam na área desde o começo de maio*



Comunidade resiste à ação de reintegração de posse.  
Bobby Fabrik/JC Imagem

Os moradores da Ocupação Olga Benário estão deixando na manhã desta quinta-feira (21) o terreno que ocupam desde o começo de maio, no bairro do Jiquiá, Zona Oeste do Recife. A ordem de despejo expedida pelo juiz Paulo Torres Pereira da Silva 21ª Vara Cível do Recife está sendo cumprida por quatro oficiais da justiça e 800 policiais militares.

Segundo a polícia, a corporação chegou ao terreno por volta das 6h e encontrou boa parte dos barracos já desocupada. Das 1500 famílias que moravam a área, apenas cerca de 50 pessoas estavam dormindo na ocupação nesta manhã. A desocupação começou de forma pacífica, mas, por volta das 8h10, alguns moradores começaram a oferecer resistência. "Estamos sendo proibidos de retirar nossos pertences dos barracos e de fazer protesto. A polícia está ameaçando nos prender, mas nós não somos bandidos, apenas lutamos por uma moradia", protestou um integrante da ocupação que preferiu não se identificar. A polícia cercou o terreno e um trator começou a derrubar os barracos desocupados.

<b>Assunto: Justiça determina retorno de delegado que escreveu artigo no Blog de Jamildo criticando condições de trabalho</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 21/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Justiça determina retorno de delegado que escreveu artigo no Blog de Jamildo criticando condições de trabalho**

Os desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão plenária na tarde de hoje, concederam por unanimidade mandado de segurança em favor do delegado de polícia Flávio Tau, removido da Delegacia do Alto do Pascoal por portaria da Secretaria de Defesa Social em 25 de março do corrente ano.

O artigo foi divulgado no Blog de Jamildo no dia 05 de janeiro. Quem protege o cidadão?

Os motivos da remoção teriam sido as reclamações feitas pelo delegado, em razão das condições precárias de trabalho e da ausência de efetivo e de viaturas para o adequado cumprimento de seus deveres funcionais.

De acordo com a associação de delegados, os desembargadores consideraram inadequados e insuficientes os motivos utilizados e que ensejaram a remoção, elogiando ainda a postura crítica do servidor público, que agia com o fim de cumprir seu papel social.

Os desembargadores, na ocasião do julgamento, reconheceram ainda a inamovibilidade relativa dos delegados de polícia, expressa em lei federal, enfatizando que o caso servirá como paradigma para qualquer outra remoção indevida, com ausência de motivação concreta e que não atenda ao interesse público.

Na ação,, a Justiça determinou a expedição imediata de ofícios à Secretaria de Defesa Social, comunicando da decisão e anulando a remoção. A expectativa é de que o delegado retome suas atividades ainda essa semana, na delegacia do Alto do Pascoal, que comandava desde o ano de 2010.

**Assunto: Ex-funcionários da São Mateus ainda lutam na Justiça quase quatro anos após encerramento das atividades**

**Veículo:** Blog de Jamildo

**Data:** 21/05/2015

**Editoria:**

**Seção:**



## **Ex-funcionários da São Mateus ainda lutam na Justiça quase quatro anos após encerramento das atividades**



*Os ex-funcionários protestam desde 2011, a luta continua até hoje. Foto: Helia Scheppa / JC Imagem*

*Data: 08-08-2011*

Quase quatro anos já se passaram desde que a indústria São Mateus encerrou suas atividades, mesmo assim os ex-funcionários ainda se reúnem para brigar na Justiça por indenizações que não receberam até agora. A empresa encerrou as suas atividades em agosto de 2011, provocando a demissão de cerca de mil trabalhadores. Nesta quinta-feira (21) o Blog de Jamildo recebe uma comissão formada por ex-funcionários para falar sobre o angustiante processo de falência. Eles aguardam que a empresa venda os bens que estejam em seu nome para quitar as dívidas.

Em 2011, entretanto, a Justiça negou a homologação do plano de recuperação do frigorífico. De acordo com decisão do juiz Eduardo Guilliod Maranhão, da 30ª Vara Cível do Recife, o documento da São Mateus continha inúmeras irregularidades. Entre elas estava a possibilidade de a empresa vender todo e qualquer bem de forma genérica, o que contraria a Lei de Recuperação Judicial e Falências (nº 11.101/05). Mesmo assim os ex-funcionários afirmam não desistir dos seus direitos e vão continuar lutando judicialmente contra a empresa. A indústria São Mateus, que já foi o maior produtor de frios e embutidos do Nordeste, demitiu funcionários de vários locais como Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.